

POR UMA HISTORIOGRAFIA DOS POVOS SOBRE A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA CONTRA A REPÚBLICA DO PARAGUAI

FOR A HISTORIOGRAPHY OF PEOPLES ON THE WAR OF THE TRIPLE ALLIANCE AGAINST THE REPUBLIC OF PARAGUAY

PARA UNA HISTORIOGRAFÍA DE PUEBLOS EN EL GUERRA DE LA TRIPLE ALIANZA CONTRA LA REPÚBLICA DE PARAGUAY

Em memória de Bartolomeu Meliá e de Alan White

Mário Maestri**

Resumo: o presente artigo possui quatro partes. Na primeira, “O Império, Estado pré-nacional, e a Guerra da Tríplice Aliança”, discute-se algumas questões centrais abordadas pela historiografia brasileira da guerra da Tríplice Aliança. A segunda, “Historiografia Brasileira da Guerra da Tríplice Aliança - Primeiros Tempos”, aborda-se a origem da historiografia nacional-patriótica do conflito, que não conheceu no Brasil questionamento revisionista até 1979. Na terceira, “Do Revisionismo de *Genocídio Americano* à restauração acadêmico-patriótica de *Maldita Guerra*”, analisa-se a importância do livro de J.J. Chiavenato na dissolução das fantasmagorias historiográficas nacionais-patrióticas brasileira se os esforços desta última para superar aquela ruptura, alcançado, em 2002, com a obra restauracionista de F. Doratioto. Na última parte, “Por uma Historiografia desde a Ótica das Populações da Bacia do Prata”, apresentamos a “campanha historiográfica” que empreendemos, com o Grupo de Pesquisa da Bacia do Prata, no PPGH da UPF, que seguiu em 2008-20 naquela orientação.

Palavras-chaves: Guerra da Tríplice Aliança. Historiografia. Paraguai

Abstract: this article has four parts. In the first, “The Empire, a pre-national state, and the War of the Triple Alliance”, some central issues discussed by the Brazilian historiography of the Triple Alliance war are discussed. The second, “Brazilian Historiography of the War of the Triple Alliance - First Times”, discusses the origin of the national-patriotic historiography of the conflict, which did not know revisionist questioning in Brazil until 1979. In the third, “From the Revisionism of American Genocide to restoration academic-patriotic book of *Maldita Guerra*”, the importance of the book by JJ Chiavenato in the dissolution of Brazilian national-patriotic historiographic phantasmagories is analyzed if the latter's efforts to overcome that rupture, achieved, in 2002, with the restorationist work of F. Doratioto. In the last part, “For a Historiography from the Viewpoint of the Populations of the La Plata Basin”, we present the “historiographic campaign” that we undertook, with the La Plata Basin Research Group, at the PPGH of the UPF, which followed in 2008-20 at that time. guidance.

Keywords: War of the Triple Alliance. Historiography. Paraguay

Resumen: este artículo tiene cuatro partes. En el primero, “El Imperio, un estado prenatal y la Guerra de la Triple Alianza”, se discuten algunos temas centrales discutidos por la historiografía brasileña de la guerra de la Triple Alianza. El segundo, “Historiografía brasileña de la Guerra de la Triple Alianza - Primeros Tiempos”, discute el origen de la historiografía nacional-patriótica del conflicto, que no conoció el cuestionamiento revisionista en Brasil hasta 1979. En el tercero, “Del revisionismo del genocidio americano a la restauración libro académico-patriótico de Maldita Guerra”, se analiza la importancia del libro de JJ Chiavenato en la disolución de las fantasmagorías historiográficas nacional-patrióticas brasileñas si los esfuerzos de este último para superar esa ruptura, logrados, en 2002, con la obra restauracionista de F. Doratioto. En la última parte, “Por una Historiografía desde el Punto de Vista de las Poblaciones de la Cuenca del Plata”, presentamos la “campana historiográfica” que realizamos, con el Grupo de Investigación de la Cuenca del Plata, en el PPGH de la UPF, que siguió en 2008-20 en ese momento. Guia.

Palabras clave: Guerra de la Triple Alianza. Historiografía. Paraguay

1. O Império, Estado pré-nacional, e a Guerra da Tríplice Aliança

A Maior Guerra

A Grande Guerra do Prata envolveu o Império do Brasil, durante seis anos, de fins de 1864, quando da intervenção imperial na República Oriental do Uruguai, até a morte de Francisco Solano López, em Cerro Corá, em 1º de março de 1870. Ela teve importantes consequências externas e internas para o Brasil: redesenhou parte de suas fronteiras do oeste; consolidou a ocupação do sul do Mato Grosso; garantiu, por décadas, a hegemonia imperial no Prata. O conflito postergou a questão abolicionista; consolidou a escravidão e o trono; registrou a fragilidade militar do Império do Brasil; abalou as contas públicas, etc. Foi o mais longo e mortífero conflito do país. Uns cento e cinquenta mil brasileiros teriam partido e apenas cem mil voltado dos campos de batalha.

De certo modo, aquele não foi um conflito nacional, em um sentido estrito. Apenas o sul do Mato Grosso e o oeste do Rio Grande do Sul foram diretamente atingidos pela guerra. A primeira região, golpeada em forma e por tempo significativo, possuía escassa população e pouca importância no país.¹ Na segunda, foram tocadas pelos combates apenas as vilas de São Borja, Itaqui e Uruguai, pouco significativas, durante tempo relativamente breve.² O esforço de mobilização mal distribuído recaiu fortemente sobre o Rio Grande do Sul, por razões lógicas – anterior mobilização para a guerra no Uruguai; proximidade do campo de batalha, etc.

Dos poucos mais de cem mil “voluntários da pátria” que teriam partido para o fronte de batalha, mais de 35% eram sul-rio-grandenses, se descontarmos os voluntários do Mato Grosso, que se mantiveram na província e pouco combateram - 17,03% da população masculina provincial sulina de então. Porém, esse conflito é pouco retido pela memória e historiografia sulina, centradas sobretudo na Guerra Farroupilha [1835-45].³ Nem a memória nacional não reteve significativamente

aqueles sucessos. Esquecimento que talvez não foi ainda maior devido à participação dos vinte mil voluntários da cidade e província do Rio de Janeiro, então coração do Império. Foram mobilizados apenas quatro por cento do quase meio milhão de homens daquela região.

Destaque-se que, no geral, a conscrição estendeu-se por cinco anos, motivando que ela atingisse sempre pequena parte dos habitantes, mesmo nas províncias que mais tocou. Os pouco mais de quinze mil voluntários baianos constituiriam meio ponto percentual da população masculina da província, se distribuído uniformemente o arrolamento em cinco anos. A populosa Minas Gerais, com mais de um milhão de homens, teria enviado oitocentos voluntários, nos cinco anos de batalhas! Porém, a conscrição recaiu com destaque quase sempre sobre os segmentos desprotegidos da população.

Não procedem propostas como a de Marcelo Santos Rodriguez, em seu excelente estudo: “Durante cinco anos o cenário político e social se modificou e, raro era a família que não teve um filho, irmão, pai, esposo, parente ou amigo lutando no Paraguai.”⁴ A grande maioria da população do Brasil não teve membro familiar enviado aos campos de batalha e não poucas regiões acompanharam os sucessos pelos jornais, conhecendo pouco envolvimento, quanto à mobilização militar – Minas Gerais, Pará, Amazonas, Rio Grande do Norte, etc.⁵

Uma Nação Inconclusa

Quando do grande conflito, o Império do Brasil constituía-se como uma nação inconclusa.⁶ Ele era formado por províncias voltadas sobre si e por sociedade em que sobretudo, mas não apenas, sua classe trabalhadora escravizada era *marginalizada* civil, cultural, linguisticamente.⁷ Enorme parte da população do Brasil não tinha ligação de qualquer tipo com o sul do Mato Grosso e o oeste do Rio Grande do Sul, e, ainda mais, com a República do Paraguai.

A agitação da ofensa aos *brios da pátria* devido à *violação* de territórios imperiais repercutia quase apenas entre as classes dominantes e segmentos intermediários associados a elas, interessados eventualmente em participar na guerra imperial, que acreditavam breve, para recolher as vantagens materiais e imateriais correspondentes. Cartas e diários registram o arrependimento de um voluntariado precipitados. No geral, ao contrário do proposto, desde o início, as classes subalternizadas fugiram ao arrolamento.⁸

Após o fim da pugna, a retórica patriótica serviu a subalternizados levados por diversos caminhos aos campos de batalha na procura de reconhecimento e recompensas materiais e não

materiais prometidos em razão do sacrifício pela *pátria*, raramente cumpridos.⁹ A abstração patriótica diria quase nada para população de visões de mundo restringidas por pertencimento provincial, quando não regional, e marginalizada-escluída da *sociedade civil* e *política* - cativos, libertos, africanos, caboclos, índios, mestiços, etc.

A guerra não ensejou qualquer transformação essencial na estrutura política, social e produtiva arcaica do país. O Império do Brasil entrou e saiu do conflito assentado em monarquia que interpretava sobretudo os grandes produtores e regiões escravistas. Em geral, a população jamais associou sentido positivo a uma guerra que não entendia e não via como sua, travada nos cafundós das Américas, contra nação e população desconhecidas. A repressão - com destaque para as *pranchadas*- foi sempre o principal meio de coesão nos exércitos imperiais.¹⁰

País, Exército & Armada

Ao contrário do proposto pela historiografia nacional-patriótica, desde o início do conflito, as forças armadas do Império se sobrepunham soberbamente às do Paraguai. Nos momento conclusivos, a discrepância numérica e na qualidade do material era abismal. O carácter pré-nacional arcaico do Império, com nove milhões de habitantes, e a escassa adesão da sua população à guerra explicam a sua dificuldade em se sobrepor a um país de uns 450.000 nacionais.¹¹ Durante o conflito, a Armada imperial recebeu moderno e custoso armamento. Ela manteve seu carácter arcaico, opondo soberbos oficiais brancos a uma maruja em geral negra e parda. A oficialidade seguiu fortemente monarquista mesmo após 1889 e seu comportamento ensejaria a maior revolta em armada do século passado, em 1910.¹² A Armada combateu com reticências, sem se envolver realmente no conflito, possivelmente devido ao desgosto com o protagonismo das forças imperiais de terra. **[Cf. Nota 52]**

Com o fim do conflito, o exército de primeira linha, inflado pelos batalhões de Voluntários da Pátria, contraiu-se, voltando à dimensão do pré-guerra. Sua alta oficialidade permaneceu monarquista e desempenhou papel quase nulo na luta pela abolição da escravatura, em maio de 1888, o maior divisor de águas na história do Brasil. É mito a crise da monarquia devido à conversão da oficialidade ao abolicionismo de durante os combates. Ela praticamente não participou da luta abolicionista.¹³

Se a República, em novembro de 1889, foi decretada pela alta oficialidade, ela foi querida e impulsionada pelos grandes proprietários provinciais conservadores, antigo pilar da monarquia, desinteressados após o fim da escravidão no centralismo monárquico.¹⁴ A guerra foi sobretudo projeto do Estado e da casa imperial, que exigiram perseguição até a morte de Solano López. O jovem imperador talhou-se perfil de rei-guerreiro intransigente na defesa da nação, após cultuar o perfil de

rei-pensador. Distribuiu títulos de nobreza aos altos oficiais das forças armadas e entregou no final da guerra o comando geral para o inepto e instável conde d'Eu, esposo da herdeira imperial, tudo para estreitar os laços da monarquia com as forças armadas.¹⁵

Celebração dos Feitos

O Estado monárquico incentivou que ruas, praças e avenidas fossem batizadas através de todo o país como “Voluntários da Pátria”, “Humaitá”, “Riachuelo”, “Duque de Caxias”, “Osório”, etc. Encomendou pinturas históricas de grande dimensão sobre os principais combates, que atraíram milhares de visitantes. Entretanto, a inesperada demora do fim dos combates; os sofrimentos dos soldados; a consciência *popular* sobre combate que não era seu; o incumprimento das promessas aos combatentes; a queda da monarquia e o advento da República contribuíram para que aqueles sucessos não se enraizassem na memória da população do país.¹⁶

A própria historiografia *tradicional* pouca atenção deu ao grande conflito do Prata, escolhendo quando das atualizações da periodização da “história pátria” a “Descoberta”; a “Invasão Holandesa”; a “Inconfidência Mineira”; a “Independência”; as “Revoluções Regenciais”; a “Abolição”; a “República”; a “Revolução de 30”, etc. Um processo fortalecido pelo caráter federalista da República Velha, de 1889-1930, que fragilizou o já escasso unitarismo do Império. A guerra seguiu sendo cultuada pela alta oficialidade do Exército e sua história manteve-se como uma espécie de “reserva de caça” dos militares-historiadores do Exército.

2. Historiografia Brasileira da Guerra da Tríplice Aliança - Primeiros Tempos

Uma Questão de Estado

Em 1º de março de 2020, se concluiu o sesquicentenário dos combates sem um grande evento acadêmico nacional ou internacional sobre o tema. O fracasso das esperadas celebrações deveu-se muito à evolução política liberal-conservadora no Paraguai, no Brasil e sobretudo na Argentina, onde governava facção peronista de raízes federalistas. Os novos ares democráticos na Argentina chegaram atrasados. Fora algumas exceções, houve quase apenas celebrações castrenses, no geral restritas aos oficiais, oficiais-historiadores e historiadores do Brasil e dos países envolvidos nos sucessos afinados com as visões nacionais-patrióticas aliancista.

No contexto do pouco interesse nacional, a “Guerra do Paraguai” segue sendo uma quase questão de Estado, com destaque para o Itamaraty e sobretudo para o exército do Brasil. As razões são múltiplas. O Estado imperial derrotou a República do Paraguai; abocanhou territórios em litígio;

ocupou o país até 1876; supervisionou a formação dos seus governos; impôs dívida de guerra impagável, instrumento de exercício de sua hegemonia sobre o pequeno país até a II Guerra; manteve relações prioritárias com o Partido Colorado e a ditadura criminal *strossnista*. Houve forte continuidade entre o Estado imperial e o Republicano.¹⁷

A defesa das razões do Estado imperial e republicano na intervenção no Uruguai e sobretudo Paraguai é necessária à justificação de situações e sequelas motivada por uma guerra que segue sendo combatida no terreno da memória. A “Guerra do Paraguai” é a base da “narrativa fundacional” do exército nacional, devido à sua dimensão, modernidade relativa e por ter sido lutada no exterior e vencida. Desde a República, ela serve como comprovação-sugestão da excelência da oficialidade e do seu destino genético-patriótico para *disciplinar* o país, direta ou indiretamente.

A construção de historiografia apologética era desdobramento natural das justificativas de Estado nacional, visto como instrumento eterno das classes dominantes, sob a proteção-guarda do exército nacional. Desde antes do fim da contenda, construiu-se narrativa nacional-patriótica sobre os sucessos, escrita por oficiais e civis, que dominou a historiografia nacional, até 1979. Não temos trabalho significativo nacional-patriótico sobre o conflito escrito por civil não ligado ao Estado e ao exército. A historiografia acadêmica manteve quase silêncio sobre aqueles sucessos bélicos.

Os Estados imperial e republicano incentivaram narrativas sustentando suas razões. O primeiro esboço do livro célebre do jovem oficial Alfredo Taunay, em francês, foi dedicado ao Imperador, que o leu e comentou, que viabilizou sua edição de 1871.¹⁸ Em 2 de junho de 1892, governando Floriano Peixoto, o tenente-coronel belga *Emílio Carlos Jourdan* [1838-1900] publicou por ordem superior história do conflito em que participara como tenente-engenheiro.¹⁹

Arquivo Sequestrado, historiografia desprezada

Também por sugestão oficial, o barão de Rio Branco anotou a história pró-imperial do prussiano Louis Schneider - *A Guerra da Tríplice Aliança: contra o governo da República do Paraguay*.²⁰ Para tal, serviu-se do Arquivo Histórico do Paraguai, que seu pai manteve, por longo tempo, como bem privado. Não foi gratuito o sequestro do arquivo até a década de 1980, já que dificultou o desenvolvimento de historiografia paraguaia autônoma. Ideólogos da República Velha participaram do ataque ao revisionismo Paraguai, nos anos 1920 e seguintes.²¹

Ao contrário do Paraguai, Argentina, Uruguai, no Brasil não houve historiografia crítica às visões aliancista hegemônicas. No mesmo sentido, no país, construiu-se um quase silêncio sobre a impugnação platina das apologias dos Estados vencedores, em geral não traduzidas ao português e

raramente usadas pelos trabalhos especializados. Sequer as duas obras magnas da historiografia paraguaia foram publicadas no Brasil, de Juan Crisostomo Centurión e Efraim Cardozo.²² A mesma desconsideração conheceu o clássico de Juan Emiliano O’Lery e revisionistas argentinos dos anos 1950-70, como Enrique Rivera e Milcíades Peña²³

É singular o autismo historiográfico brasileiro sobre a produção paraguaia e platina e ainda maior a ignorância sobre a formação social do Paraguai, antes do conflito. Escreve-se no Brasil sem estudo mais sistemático daquela formação social paraguaia, como se o Paraguai não dissesse respeito à “Guerra do Paraguai”. Aquela República é ainda vista em geral por nossos historiadores como sociedade semi-indígena, não apenas no século 19.

Registro dessa a ignorância é o uso impróprio do termo “guarani” como sinônimo de “paraguaio”: “país guarani”; “independência guarani”; “exército guarani”, “marinha guarani”, etc.²⁴ Em meados do século 19, o Paraguai era praticamente monolítico *guarani* e tinha comunidades guaranis, como ainda as tinha o Brasil, em menor número. Porém, havia muito, era sociedade de cultura e economia camponesa dominante, de raízes *hispano-guaranis*. Na lição do linguista Bartolomeu Meliá, era sociedade não indígena que falava língua indígena [guarani paraguaio].²⁵

Produção Revisionista

Desde o início dos sucessos bélicos, o confronto na Argentina, no Uruguai e mesmo no Paraguai entre segmentos oligárquicos e unitaristas, por um lado, e plebeus, camponeses, gaúchos, autonomistas, federalistas, etc., por outro, criou espaço para o questionamento das apologias das classes dominantes das próprias nações. Ensaio de narrativas transnacionais foram propostos pela aliança formal-informal entre as forças nacionalistas e federalistas argentinas e orientais e a República do Paraguai.

Na Argentina, a crítica federalista à guerra se antepôs à apologia liberal-unitária portenha através de jornalistas e intelectuais, com destaque para a Juan Bautista Alberdi.²⁶ No Uruguai, as visões hegemônicas coloradas e pró-aliancistas foram impugnadas por Luis Alberto de Herrera, intelectual e político *blanco* e filho do ministro de relações exteriores do governo constitucional uruguaio, em 1864.²⁷ No Paraguai, as narrativas vencedoras foram questionadas por importante literatura revisionista que teve como pioneiros Cecílio Baez (1862-1941); Manuel Domínguez (1868-1935); Blas Garay (1873-1899) e Juan Emiliano Leary (1879-1969).²⁸

É outra rústica falsidade histórica que o revisionismo paraguaio nasceu de manipulação econômico-fundiária da família López. Em verdade, ele foi impulsionado, se apoiou, interpretou e

determinou e influenciou um profundo sentimento popular em contradição com as narrativas *legionárias* e aliancistas. O sentimento anti-aliancista se consolidara durante a guerra e se manteve após ela.²⁹ A figura do *mariscal* interpretava o sentimento popular-patriótico contra a invasão do país. Em 14 de maio de 1869, Taunay reconhecia que Solano López se transformara no “símbolo da liberdade” da população paraguaia.³⁰

Primeiros Trabalhos

Os primeiros trabalhos de cunho historiográfico no Império do Brasil foram produzidos durante o decurso da guerra, como a conhecida obra do cômico franco-brasileiro João Pedro Gay sobre a *Invasão paraguaia da fronteira brasileira do Uruguai*.³¹ Ou a ainda mais célebre e já citada *Retirada da Laguna*, do jovem oficial Taunay, com primeira edição sintética, em francês, de 1868, e ampliação consolidada, em 1871. Em geral, eles narraram combates parciais, a desde as visões de oficiais de carreira ou não. Eles foram escritos antes da consolidação do cânone historiográfico imperial oficial sobre o conflito, que, por exemplo, menosprezava a invasão imperial do Uruguai como início da contenda.

Quando se concluíam os combates e nas décadas posteriores, surgiram diários e relatos memorialísticos de valor irregular, escritos por em geral por oficiais combatentes do Exército, da Guarda Nacional, dos Voluntários da Pátria. Hoje, os diários de oficiais e praças à disposição dos pesquisadores já não são poucos.³² O mesmo podemos dizer sobre as reminiscências ou memórias de ex-combatentes.³³ A narrativa imperial-brasileira não conheceu um diário de guerra da qualidade do escrito pelo coronel espanhol Palleja, a serviço de Flores.³⁴ Ex-combatentes produziram narrativas mais ambiciosas sobre a guerra, como a contestação de Madureira Sena ao livro *Guerra do Paraguay*, de 1870, do coronel inglês G. Thompson; a *História da guerra do Paraguai* do pernambucano José Francisco Paes Barreto, alferes nos Voluntários da Pátria, de 1892, etc.³⁵ Seus autores, sem maior informação sobre o Prata, não se elevaram à qualidade historiográfica e narrativa da *Reminiscencias* de Centurión, já citado. Muitos desses trabalhos não foram reeditados.

Milhões de cartas

Essas obras despreocuparam-se com a formação social e histórica dos países envolvidos na guerra; não abordavam as causas do conflito; abraçavam as explicações da responsabilidade total de Solano López; comungavam com as teses do liberal-unitarismo argentino: confronto da civilização contra a barbárie; redução do Estado paraguaio à família dos López; cobiça e soberbia do *mariscal*, etc. Em geral, restringiam-se à narrativa dos combates, ao elogio das glórias pátrias de dos oficiais superiores, segundo as suas preferências políticas. Ignoraram as condições de vida dos soldados e o

caráter escravista do Império. Essa “historiografia de trincheira” dominou as primeiras décadas após o conflito.

Os oficiais - e soldados letrados - escreveram talvez milhões de cartas aos amigos e familiares. Poucas delas chegaram até nós, registrando a despreocupação que há Brasil com os documentos familiares e com o registro dos sucessos históricos e a escassa importância dada ao conflito, após concluído. Nas cartas publicadas destacam-se as de Benjamin Constant, conservadas devido à importância posterior do oficial republicano; as de João Cunha; as do jovem Francisco Marques Xavier oficial da Guarda Nacional do RS.³⁶ Os grandes vultos pátrios tiveram sua correspondência melhor preservada - Pedro II, Caxias, o general Correia da Câmara, etc.³⁷

Após os combates, foram produzidos alguns estudos mais confiáveis no relativo às fontes e ao método, em geral por membros do Estado imperial, como o livro de Joaquim Nabuco e a história da Armada na guerra, de 1894, do Visconde de Ouro Preto, ministro da Marinha, de agosto de 1866 a julho de 1868.³⁸ O último livro recebeu a resposta furibunda do futuro almirante Américo Brazilio Silvado, positivista ortodoxo, filho do comandante de mesmo nome, morto, em 1866, quando comandava o encouraçado Rio de Janeiro, torpedeado no rio Paraguai.³⁹ Os trabalhos sobre a Armada do almirante Jaceguay destacam-se pela qualidade.⁴⁰

Império do Brasil: Estado pré-nacional

Sob a hegemonia do modo de produção escravista colonial, o Brasil colonial e imperial desconheceu segmentos populares, na acepção moderna do termo, que sustentasse impulsos liberais, federalistas e democráticos efetivos contra o ordenamento monárquico, conservador, escravista. O frágil liberal-federalismo do Império foi destruído precocemente, em 1842, quando da batalha de Santa Luzia, e, recebeu golpe final com a repressão, em 1848, à Revolução Praieira, em Pernambuco.

⁴¹ O Estado imperial foi sempre ponta de lança contra os impulsos democráticos no Cone Sul.

A guerra fora iniciativa do Estado monárquico e de dom Pedro. Ela foi iniciada pelos liberais e vencida pelos conservadores, em uma época em que o abolicionismo era o mais avançado movimento reformista *nacional*. Fora raríssimas e marginais excessões, não houve oposição política à guerra, quando muito, os partidos liberal, progressista e conservador divergiram no relativo à direção e ao direito de conduzir os combates. Tamandaré, Osório, Porto Alegre foram destacados políticos liberais e progressistas. Caxias era um dos chefes máximos conservadores. Facções das classes dominantes provinciais opuseram-se surdamente à guerra por razões sobretudo econômicas e

locais, como no caso Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e outras regiões, questão ainda pouco estudada.

No Império, durante a grande contenda, não se levantou voz audível dissidente, fora raríssimas exceções. Entre elas, com destaque, o do veterano jornalista republicano e liberal *exaltado* Antônio Borges da Fonseca [1808-1872], que relançou, de janeiro de 1866 a inícios de 1869, em Recife, um pequeno semanário *O Tribuna*, onde empreendeu virulenta campanha republicana e contra a guerra no Paraguai.⁴² Publicistas e literatos como Machado de Assis e Joaquim Manuel de Macedo, apoiaram a bacante sinistra, produzindo literatura patriótica de baixa qualidade. Ou, no máximo, mantiveram-se em significativo silêncio, como Castro Alves.⁴³ As revistas e jornais satíricos criticaram sobretudo aspectos marginais da ação imperial na contenda fratricida.⁴⁴

Poderosa crítica dos positivistas ortodoxos

Apenas na transição da Monarquia à República, ouviu-se a crítica poderosa dos positivistas ortodoxos, responsáveis pela primeira impugnação circunstanciada e documentada das narrativas nacional-patrióticas sobre o conflito. Apresentada por Raimundo Teixeira Mendes, na sua biografia de Benjamin Constant, de 1892, ela restringiu-se sobretudo às razões da guerra.⁴⁵ Outras questões foram abordadas nos anos posteriores.⁴⁶

Os positivistas ortodoxos, em geral oficiais do exército e da marinha, definiram a escravidão e a guerra livrada pelo Império e por Pedro II contra a República do Paraguai como os dois grandes pecados da ordem monárquica abominada. Até os anos 1930, eles prosseguiram na luta pelo perdão da dívida de guerra e devolução dos troféus ao país derrotado. Essa primeira crítica revisionista foi em geral silenciada e semi-desconhecida pela historiografia tradicional.⁴⁷

A colaboração entre os positivistas ortodoxos e a associação paraguaia do Rio de Janeiro produziu importante trabalho em defesa do perdão da dívida e devolução dos troféus. A crítica positivista influenciou o revisionismo paraguaio, sendo longamente citada em *El mariscal Solano López*, trabalho referencial de Juan Emiliano O'Leary. Os ideólogos nacionais-patriotas acusavam os positivistas ortodoxos de pouco menos do que traidores à "pátria".⁴⁸

História Militar Crítica e o Silêncio Historiográfico

Em 1889, com a República, a guerra que fora de Pedro II, do Estado monárquico e das forças armadas imperiais, transformou-se em referência maior dos oficiais florianistas encastelados no governo e no comando do Exército.⁴⁹ A seguir, após vacilações, todos os grandes chefes militares do

conflito, mesmos os mais ferrenhos monarquistas, foram recuperados pela historiografia republicana.

⁵⁰ Foi nesse momento que se consolidou a narrativa do destino demiúrgico nacional das forças armadas de terra.

A marinha incorporou com dificuldade a contenda platina aos seus mitos fundadores, devido à sua referida resistência a integrar-se sem restrições à guerra. Apesar de seu poderio, ela negou-se a manter o controle sobre o curso superior do rio Paraná, após Riachuelo; não impediu o transbordo daquele rio pelas tropas paraguaias em retirada, o que talvez tivesse posto fim à guerra; resistiu a superar Curupayty e Humaitá, mesmo sabendo da inocuidade da artilharia paraguaia contra os encouraçados. O único combate travado em Riachuelo foi iniciativa paraguaia. Tamandaré e o alto comando da Armada viriam com desgostos o protagonismo do exército imperial e a direção da guerra por Bartolomé Mitre e a seguir Caxias.⁵¹

Em 1922, com a publicação de *A batalha do passo do Rosário*, Tasso Fragoso, influenciado pelo positivismo, iniciou seu projeto de “História Militar Crítica” e superação das leituras laudatórias das batalhas brasileiras.⁵² Em 1932 publicou *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, em cinco volumes.⁵³ A obra monumental procurava contribuir à formação-consolidação de teoria militar para o exército nacional e foguear suas tradições. O que impossibilitou que o general-historiador se elevasse ao nível da universalidade, território de combate da historiografia científica.⁵⁴ O mais qualificado militar-historiador segue sendo espécie de capelão castrense que reza pelos combatentes de seu país, em sua trincheira, enquanto as mesmas orações são feitas, em idioma diverso, diante delas.

No mesmo ano, Juan Emiliano O’Leary [1879-1969] publicou seu importante trabalho *El Mariscal Solano López*, apresentado em versão ampliada, em 1925, quando do cinquentenário do início do conflito. O livro, de ampla repercussão, conheceu a virulenta impugnação de ideólogos de destaque do Estado brasileiro – Câmara Cascudo, Batista Pereira, Gustavo Barroso, Lindolfo Collor, etc. – que retomaram a narrativa vulgar sobre o o conflito.⁵⁵ Em seu trabalho, Lindolfo Collor registra a função da dívida de guerra como meio de submissão do Paraguai pelo Estado brasileiro e Câmara Cascudo contribui para a compreensão da decisão imperial de não capturar Solano López vivo.⁵⁶

Após 1930, durante o Estado Novo [1937-45], quando da chamada “Redemocratização” [1945-64], a produção historiográfica sobre a guerra da Tríplice Aliança seguiu sendo um quase monopólio dos militares-historiadores, que não raro sequer absorveram os avanços de Tasso Fragoso. Com o golpe de Estado de 1964, boa parte da intelectualidade brasileira voltou seus esforços práticos

e intelectual para a resistência anti-ditatorial e a abordagem daqueles sucessos em um sentido crítico perdeu espaço para realização nas fronteiras do Brasil.

3. Do Revisionismo Jornalístico-popular de J.J. Chiavenato à Restauração Acadêmico-Patriótica de F. Doratioto

Na Argentina e no Uruguai, o revisionismo historiográfico nasceu com a guerra, através de jornalistas e de intelectuais federalistas, com destaque para Juan Bautista Alberdi [1810-1884]. No Paraguai, ele viria à luz impulsionado pelo sentimento popular anti-aliancista. Nos anos 1950 e 1960, sob o avanço mundial da luta anti-imperialista, anti-colonialista e anti-capitalista e a crise do marxismo estalinista, o grande conflito conheceu importantes e sólidas críticas revisionistas de autores marxistas como Enrique Rivera, Milcíades Peña, etc., já citados. Em 1962, Oscar Creydt, por longos anos secretários geral do Partido Comunista do Paraguai, publicou importante ensaio sintético sobre a formação do Paraguai.⁵⁷

Essa produção permaneceu semi-desconhecida no Brasil. Em 1978, o americanista Raul de Andrada e Silva, professor da USP, publicou sua tese de livre docência, escrita sob a ditadura militar - *Ensaio sobre a ditadura do Paraguai: 1814-1840*. A singular investigação dissolvia as fantasmagorias sobre Francia, o francismo e as raízes nacionais do Paraguai, questões imprescindíveis à compreensão do conflito. Como exilado em sua terra, o trabalho permaneceu semi-desconhecido da historiografia brasileira e jamais foi reeditado.⁵⁸ Anos mais tarde, Moniz Bandeira e Wilma da Costa definiram e intuíram, respectivamente, o caráter imperialista da guerra e a modernidade do Estado paraguaio, em trabalhos não direcionados à contenda.⁵⁹ Procura-se emparelhar essas sensíveis leituras pioneiras à historiografia restauracionista nacional-patriótica.

Com Um Raio em Céu Azul

Em 1979, a editora Brasiliense, do historiador Caio Prado Júnior, lançou *Genocídio Americano: a guerra do Paraguai*, reportagem jornalística de J.J. Chiavenato, trabalho de popularização historiográfica apoiado no revisionismo nacional-popular e anti-imperialista do conflito.⁶⁰ O livro discutia a formação social paraguaia, abraçando o ufanismo paraguaio; apresentava o contexto geral do Prata, abordando pouco a ação mitrista anti-federalista e anti-paraguaia; definia a guerra como intervenção imperialista do Brasil, a serviço da Inglaterra; discutia a dificuldade da nação escravista de lutar guerra moderna; desmitificava os grandes heróis nacionais, pondo em segundo plano a abordagem dos combates; relatava o heroísmo paraguaio; referia-se à privatização

das terras públicas, após a guerra; criticava a demonização de López e participava de sua santificação, etc.

Publicado no início da chamada *abertura* promovida pela ditadura militar, quando retomavam as lutas sociais, apesar de pouco divulgado pela imprensa e atacado pelos órgãos culturais do Estado ditatorial, o livro teve sucesso estrondoso, influenciando por longos anos a mídia, os manuais escolares, os professores secundário e universitários, etc. A reportagem histórica sobre a guerra de Chiavenatto punha em cheque as representações nacional-patrióticas. Seu sucesso apoiou a imediata edição do livro do historiador marxista León Pomer, refugiado no Brasil, também favorável à tese da guerra lutada por delegação inglesa.

Para alcançar o mais amplo público leitor e impacto performativo, a reportagem histórica do jornalista absolutizava, simplificava, modernizava fenômenos históricos do passado, muitos deles objetivos, que se materializaram através de complexas mediações. O livro foi utilizado na retomada da luta contra o regime ditatorial. Apesar de suas amplas limitações historiográficas, o livro constituiu contribuição para o desenvolvimento da historiografia brasileira, sobretudo ao apresentar novos temas e novas formas de abordar o grande conflito.⁶¹

O Fim da História

Foi enorme o esforço de desconstrução de *Genocídio Americano* empreendido pela grande imprensa; pelos órgãos culturais e institucionais do Estado [Itamaraty, Exército, etc.]; pela historiografia tradicional e por universitários conservadores. Inicialmente, no contexto do avanço das lutas sociais, o movimento de desconstrução limitou-se quase apenas a um confuso ensaio de impugnação factual e interpretativa, sobretudo por parte de historiadores-militares.

Com a vitória histórica do grande capital em fins dos anos 1980, o revisionismo conservador impôs-se nas ciências sociais, anatematizando a análise dos fenômenos políticos a partir das determinações tendenciais das estruturas sócio-econômicas. Nos fatos, decretou-se o “fim da história”. Da crítica aos deslizes factuais e do achincalhamento da tese da *guerra inglesa* de Chiavenatto [chutação de cachorro morto], passou-se ao resgate do caráter civilizador da intervenção imperial brasileira no Prata, sem que se realizasse qualquer reconstrução historiográfica objetiva em patamar mais elevado.

Em 1990, no contexto da chamada Queda do Muro, o historiador Ricardo Salles publicou *A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. No refinado trabalho de inspiração marxista, apoiado em avanços e temas revisionistas, ressaltou sensivelmente o handicap

negativo posto ao exército imperial pela formação escravista colonial do Brasil. O trabalho recuperou a tese tradicional do caráter progressista do Exército surgido na luta contra o Paraguai.⁶² O elogio ao Exército foi retomado por estudos sem os aspectos positivos da análise de Salles.⁶³

Foi o historiador Francisco Doratioto que realizou a *opera magna* da restauração historiográfica nacional-patriótica sobre a guerra contra o Paraguai. Estudando as relações diplomáticas entre o Império e o Paraguai desde fins da década de 1980, aquele autor chegou àquele trabalho através de aproximações sucessivas. Em 1991, apresentou instigante ensaio - *A guerra do Paraguai: 2ª visão* - em que prometia superar a “historiografia tradicional”, que apontava as “ambições do ditador Solano López como causadoras da guerra”, e a “teoria” “imperialista” da responsabilidade da Inglaterra.⁶⁴

Arrebentando a boca do balão

Cinco anos mais tarde, em 1995, em pleno triunfo do “neoliberalismo”, o autor abandonava em novo ensaio de divulgação o projeto prometedor.⁶⁵ O livrinho, *O conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil*, era já o esboço de *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*, *opera magna* do restauracionismo acadêmico da historiografia nacional-patriótica que consagraria o autor.⁶⁶ Em 2002, o livro foi lançado pela prestigiosa Companhia das Letras, com maciço apoio da grande mídia. Ele se transformaria em interpretação quase oficial do Estado sobre a guerra, com destaque para o exército e o Itamaraty. O autor seria contratado pela Instituto Rio Branco (1998-2016).

O livro retomava, atualizava e refinava praticamente todos os temas e processos da historiografia nacional-patriótica: a ignorância despreocupada da sociedade paraguaia; o elogio à Missão Saraiva; a justificação da invasão do Uruguai; a demonização de López [comparado a Hitler!] e sua responsabilidade pelo pela contenda; a tese do soldado “guarani” rústico e aterrorizado pelo “tirano”; a defesa de um país sem vida política e sem opinião pública; o elogio e a defesa permanente das ações dos oficiais do Império e da Tríplice Aliança; a justificação da demora da guerra; a desqualificação dos oficiais e soldados paraguaios, etc. Praticamente se ignorou a determinação do Império e de suas forças armadas pela escravidão.

Sobretudo, propôs-se que, com *Maldita guerra*, já se dissesse o essencial sobre o caráter geral do conflito.⁶⁷ Sugeriu-se que o “revisionismo” nacional, essencialmente ideológico, sobre o grande conflito, se limitaria a Chiavenatto e a León Pomer, e teria como questão fulcral a guerra encomendada pela Inglaterra, questão havia muito superada pela historiografia platina marxista.

Propôs-se uma nova historiografia “científica”, encabeçada pelo clássico restauracionista, que incorporaria autores com contradições essenciais com aquela obra - Moniz Bandeira, Wilma Peres, Ricardo Salles, etc.⁶⁸ Livros fundamentais, como o de Raul de Andrada, de 1976, de Jorge Luiz Prata de Souza, de 1996, de Mauro César Silveira, do mesmo ano, foram relegados quando muito a um segundo plano.⁶⁹

Ultimamente, a historiografia restauracionista brasileira tem estabelecido contato com as leituras paraguaias e argentinas congêneres, definidas com maldade, mas não sem razão, nos próprios países, como “legionária” e “mitrista”, respectivamente. Os paraguaios “legionários” lutaram contra o seu país, sob bandeira aliancista, arrolados na “Legión Paraguaya.”⁷⁰ Bartolomé Mitre, historiador, jornalista e político, foi presidente da Confederação Argentina durante a guerra e o grande articulador liberal-portenho da intervenção no Uruguai e da aliança contra a República do Paraguai.

A Guerra Faz Bem para a Saúde

No Brasil, Argentina e Paraguai, a narrativa histórica da historiografia “aliancista”, liberal e conservadora assume sentido performativo, no relativo ao presente. Ao resgatar o papel positivo das classes dominantes de todas as nações envolvidas no conflito, Milda Rivarola termina propondo que a guerra teria tido consequências positivas - e apenas desiguais - para as nações envolvidas: “Con intensidades y tiempos diferentes [devido à guerra] Paraguay, Brasil, Argentina y Uruguay fijan y consolidan sus fronteras, unifican sus territorios bajo un mismo poder, dan a sus respectivas poblaciones un sentido de ‘nosotros’ [...]”.⁷¹

Devido à dificuldades de propor alguma vantagem para o Paraguai surgida da guerra, a historiadora paraguaia afirma que o conflito teria posto fim ao “antiguo sistema político y jurídico, social y económico [autocrático] que persistía - bajo nuevas formas de Estado independiente - desde la Colonia”. Ou seja, liquidado com os tempos de autonomia paraguaia, sob o francismo e o lopismo. O que teria permitido o “lento y contradictorio nacimiento de una república liberal, con una Constitución, división de poderes y sistema de **propiedad** y de **libre mercado**.”⁷² Nada a reclamar, portanto.

Essa apologia oblitera o resultado objetivo final, fortemente negativo para as populações das nações envolvidas no confronto. Ela escamoteia a *qualidade* dos Estados-sociedades americanos fortalecida ou ensejada pela guerra, através da imposição ou reforçamento de ordem liberal oligárquica e semi-colonial. No Brasil, a vitória consolidou o Império, o conservadorismo e a escravidão, abolida apenas dezoito anos mais tarde. Na Argentina, o federalismo foi aplastado a

sangue e fogo, impondo-se o liberal-unitarismo portenho estrangeirado sobre todo o país. No Uruguai, o movimento autonomista *blanco* foi sufocado por longos anos. No Paraguai, desaparecia com a autonomia camponesa, o sustentáculo do Estado-nação construído quando do francismo, mergulhando o país em era de desordem e de submissão semi-colonial. Para aquela historiografia, tudo isso estaria na natureza das coisas, não sendo a organização oligárquica e anti-democrática a que sufocou as tendências-democráticas e plebéias. A derrota dos povos estaria escrita nos astros.

4. Por uma Historiografia desde a Ótica das Populações da Bacia do Prata

Aventura Historiográfica

Em 1979, consciente dos avanços e limitações de *Genocídio americano*, me propus a escrever livro a partir da visão dos povos envolvidos naquela guerra. Mesmo próximo dos principais centros de documentação no Brasil, já que ensinando no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), abandonei o projeto devido à dimensão da pesquisa e dos recursos necessários. Previa três anos de trabalho e, no mínimo, uma viagem ao Paraguai, Argentina e Uruguai. Historiador marxista, não contaria, como jamais contei, com os financiamentos públicos, instrumentos de imposição das visões conservadoras e anódinas do passado.

Em 2003, presentearam-me o livro *Maldita Guerra*, de Francisco Doratioto, sob a condição que escrevesse uma resenha, já que trabalhava com o Império. Li e publiquei em revista virtual “Guerra do Paraguai: da Instauração à Restauração Historiográfica”. Na breve resenha, propus o caráter conservador e restauracionista da historiografia nacional-patriótica tradicional do livro.⁷³ A crítica foi nota destoante na maciça companhia de legitimação do livro, tendo como pano de fundo a execração de *Genocídio americano* e do autor daquele trabalho. E a coisa ficou por ali.

Anos mais tarde, talvez em fins de 2007, recebi um gentil convite para participar de encontro, em 3-5 de novembro de 2008, em Buenos Aires, sobre a Guerra do Paraguai.⁷⁴ Tudo pago! Lembrei aos organizadores que escrevera apenas resenha do livro *Maldita guerra*, então consagrado e traduzido ao espanhol. Disseram-me que era ela que interessava. Entendi que apresentaria minha leitura telegráfica, entre tantas outras comunicações. Ao receber o folder, vi que abriria o encontro debatendo com Francisco Doratioto. Na mesa participara colega, abordando outra questão. As opções eram avançar ou desertar ingloriamente!

Desertar, jamais!

Encurralado, passei os meses seguintes estudando furiosamente a historiografia da guerra da Tríplice Aliança. No embate, não fiz feio: fui apoiado por todos os paraguaios presentes e pelos argentinos federalistas! Os brasileiros eram poucos.⁷⁵ A tensão e divisão na mesa e entre os presentes era sinal claro que a guerra não tivera ainda chegado ao fim. Apaixonei-me pelo tema e decidi empreender história geral da guerra. Mesmo me encontrando então longe dos centros de documentação do Brasil, havia melhores condições para a aventura.

Trabalhava no Programa de Pós Graduação em História (PPGH) da Universidade de Passo Fundo (UPF), que facilitou no possível a realização do projeto, com destaque para a dra. Ana Luiza Setti Reckziegel, coordenadora daquele Programa. Estava também em melhores condições materiais para financiar a operação, que jamais recebeu apoio governamental. Três anos antes, em 2005, fora lançada a Estante Virtual, oferecendo livros sobre o Prata a preços hoje inacreditáveis. Começavam a proliferar cópias pdf on-line de livros clássicos atinentes à investigação.

O seminário em Buenos Aires me propiciou convites para encontros sobre a história militar da Guerra Grande, em Corrientes, Uruguiana, e assíduas visitas a Montevideu, Buenos Aires e sobretudo a Asunción. Então, as demoradas transcrições manuais nos arquivos eram coisas do passado, fotografando-se centenas de documentos em poucas horas. Da escassez de documentação passeie em um salto à dificuldade de vencer toda o material obtido. Tropecei feio no prazo. Como Bartolomé Mitre, Pedro 2º e Solano López, acreditara em campanha curta, uns três anos de luta. Demorei-me dez!

Centrei na Bacia do Prata meus cursos e orientações no PPGH da UPF. Formamos ativo Núcleo de Estudos da Bacia do Prata. Ao me aposentar, orientara sobre o tema seis dissertações e três doutorados, além de um outro por debaixo do poncho!⁷⁶ Participei da organização de publicações e seminários sobre a guerra.⁷⁷ O doutor Paulo Esselin, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), com o apoio do Núcleo de Pesquisa do PPGH daquela instituição, organizou na cidade de Aquidauana ciclo de quatro seminários sobre a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.⁷⁸ Criei e dirigi coluna de livros “Mar del Plata” na FCM Editora, com a publicação de doze obras.

Iniciando pelos Fundamentos

Historiador marxista, iniciei o edifício pelos fundamentos, estudando a formação social sobretudo paraguaia, mas também uruguaia e argentina. Seriam introduções à abordagem do conflito propriamente dito, a ser apresentado em dois tomos. Aquela introdução tomou a dimensão de dois livros: *Paraguai: a república camponesa (1810-1864)*, e *Mar del Plata: Dominação e Autonomia no*

sul da América: Argentina, Brasil, Uruguai. (1810-1864), publicados em 2015 e 2016.⁷⁹ Em 2013, publicara *A guerra no papel: história e historiografia da guerra do Paraguai (1864-70)*, com artigos esparsos apresentados em revistas especializadas, traduzido ao espanhol em 2016.⁸⁰ Historiadores paraguaio e argentino amigos - Jorge Coronel e Ignacio Telesca - recomendaram-me vivamente a tradução - *Paraguay: la república campesina (1810-64)*.⁸¹ O livro teve inesperada aceitação no Paraguai.

Era Francista

Durante a Era Francista [1813-40], o Paraguai constitui-se como república de raízes camponesas e plebéias, dominada pela situação de “terra livre” assinalada por Oscar Creydt, em 1962, e estudada magistralmente pelo historiador marxista estadunidense Richard Alan White, em 1978.⁸² Realidade que ensejou tempos de relativa paz social e tranqüilidade civil, explicados pelos vizinhos como produto de ditadura despótica, apesar do francismo jamais ter praticado os banhos de sangue normais no Prata. Destaquei o caráter tendencialmente restaurador do francismo, que não questionou no geral a posse camponesa da terra.

Na Colônia, as exportações paraguaias eram penalizadas pela distância da bacia do Prata. Após independência intransigente, liderada pelo doutor José Gaspar de Francia, a oligarquia portenha tentara vergar a *província rebelde* através de bloqueio comercial. Aquela medida decresceu a produção mercantil-exportadora e fortaleceu a produção dos pequenos produtores agrícolas e artesanais, sem interesses no comércio e nas disputas externas.

O apoio plebeu à luta francista pela independência; o controle do comércio exterior; o domínio estatal de amplos territórios; a nacionalização da Igreja e dissolução das ordens religiosas; a fundação das estâncias públicas; a desoneração fiscal das classes plebéias; a repressão política da oligarquia anti-nacional, etc., ensejaram ditadura *democrático-plebéia* de perfil *jacobino*.

O Paraguai nasceu como singular Estado-nação, rústico mas moderno, *dominado* por comunidade cidadã de camponeses proprietários, arrendatários ou posseiros [*chacareros*]. Consolidava a unidade nacional o domínio de cultura de raízes hispânico-guaranis e o monolinguismo geral [guarani paraguaio], ao qual escapava apenas o aparato administrativo superior.⁸³ O país era cercado por nações oligárquicas pré-nacionais. Questionei no livro as visões tradicionais ingênuas de um Paraguai industrializado, com uma imensa população, pólo de desenvolvimento na América do Sul.⁸⁴

Argentina, Brasil, Uruguai

A publicação da tradução ao espanhol de *Paraguai: a República Camponesa [1810-1864]*, em 2016, facilitou-me a possibilidade de fazer o mesmo com o estudo das formações sociais do Brasil, Uruguai, Argentina, em 2018.⁸⁵ Nesse livro, entre outros fenômenos, destaquei o caráter escravista e pré-nacional do Império do Brasil; a precoce liquidação do seu frágil movimento liberal, em 1842-48; a prepotência expansionista colonial e imperial do Estado brasileiro no Prata. Quanto ao Uruguai, enfatizei o caráter transnacional da revolução artiguista derrotada; o peso das facções anti-nacionais [pró-Brasil e pró-Buenos Aires] na política do Uruguai; o domínio das terras ao norte do rio Negro pelos criadores escravistas rio-grandenses, que impulsionaram a intervenção na República Oriental e, portanto, a eclosão do grande conflito.

A breve síntese da formação histórica e política da Argentina centrou-se no conflito entre o liberal-unitarismo portenho, intérprete regional do comércio inglês, e as tendências federalistas, assentadas sobretudo nas comunidades gaúchas, no artesanato e na pequena produção mercantil das províncias do Litoral e do Interior. Destaquei o caráter pastoril-latifundiário e a forma de produção gaúcha nos pampas dos dois lados do rio da Prata. Um quadro que, mesmo sintético, permitia assentar a contenda de 1864-70 sobre um feixe de tendências e determinações mais ricas e complexas do que as sugeridas pelas simplificações não raro de rusticidade atroz da historiografia tradicional nacional-patriótica

Guerra Sem Fim: a Campanha Ofensiva

Em 2017 e 2018, publiquei em português e espanhol o primeiro dos dois tomos abordando diretamente a guerra: *Guerra sem fim: a Tríplice Aliança contra a Guerra do Paraguai*. A campanha ofensiva.⁸⁶ O segundo e último tomo, publicado em Asunción, em 2019, e, apenas agora, em 2020, no Brasil, teve como sub-título “a Guerra defensiva”.⁸⁷ Os títulos procuravam enfatizar um conflito que, por suas múltiplas determinações, quando as armas silenciaram, teve o confronto transferido para o mundo das representações, com destaque para a historiografia.

Por sua vez, a divisão da abordagem em duas “campanhas” - ofensiva e defensiva - não se deveu a critérios cronológicos ou editoriais. Sobretudo a historiografia paraguaia divide em cinco campanhas a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, a partir do critério cronológico e militar: a “campanha do Mato Grosso”; a “campanha do [rio] Uruguai - Corrientes e Rio Uruguai”, “a

Campanha de Humaitá”; a “Campanha de Pykysry” e, finalmente, a “campanha da *Cordillera*”. Essa periodização exclui a invasão da República Oriental do Uruguai pelo Império do Brasil.

A divisão em duas campanhas ressalta o caráter diverso dos dois momentos do confronto, não apenas do ponto de vista da população paraguaia. A primeira campanha, “expedicionária” ou “ofensiva”, engloba as operações paraguaias nas províncias do [sul do] Mato Grosso; [fronteira oeste] de São Pedro do Rio Grande do Sul; de Corrientes. A segunda, a campanha “defensiva”, compreende as operações militares após a invasão aliancista do país, em 1866, até o derradeiro combate em Cerro Corá, em 1870. Assim, um conflito proposto tradicionalmente como unitário e homogêneo surge como dois momentos, de essência social diversa, desde o ponto de vista da população paraguaia.

Um País Rural

O lopismo favorecera a produção primário-exportadora e a importação de manufaturados, ampliando a inserção do país nas trocas desiguais com as nações fabris, com destaque para a Inglaterra, criticada pelo doutor Francia. A instalação da fundição de Ibicuí, de estaleiro em Asunción e da ferrovia apoiavam a defesa e a produção-exportação primária. Os empreendimentos estatais foram levantados e funcionavam com alguns operários e, sobretudo, soldados, cativos e prisioneiros. Estavam fora da esfera de produção, de circulação, de realização e de acumulação capitalista.

É mito patriótico que a industrialização lopista teria transformado o país em “una unidad económica autónoma y pujante [...] entre los primeiros países sudamericanos”.⁸⁸ O Paraguai não tinha condições para o surgimento de produção fabril - mercado, tecnologia, operariado e burguesia industrial.⁸⁹ Em verdade, não tinha classe operária propriamente dita já que o acesso praticamente livre à terra impedia a formação de um operariado. A produção pequeno-manufatureira e artesanal do país sequer foi capaz de calçar e vestir as tropas enviadas ao exterior. O Paraguai era formação social pré-capitalista.

A intervenção no Prata foi política de Estado paraguaia, em defesa da exteriorização da economia do país, base da ordem lopista [1842-70]. A guerra interessava às classes dominantes paraguaias exportadoras - erva, couros, madeiras, etc.- e foi por ela referendada quando do Congresso General Extraordinário de 5 a 19 de março de 1865 - é um outro mito da historiografia aliancista de hoje a decisão monocrática de López sobre a contenda.

É certo, porém, que delegados contra a participação na guerra foram pressionados por Solano López, que não entregou a totalidade da informação sobre a situação da época. Entretanto, a oposição

ao conflito foi sufocada pela euforia motivada pelas prezas de guerra que chegaram ao mercado de Asunción, após a fácil conquista do sul do Mato Grosso. Delegados verbalizaram que o Império seria inimigo fácil de vencer, devido à debandada das forças imperiais estacionadas no sul do Mato Grosso.

90

Foram Avisados

É um outro mito nacional-patriótico brasileiro que as autoridades provinciais não foram avisadas da quase certa invasão paraguaia. Em outubro, as autoridades imperiais avisaram os presidentes da província do Mato Grosso e do Rio Grande da iminência da invasão paraguaia, em resposta à invasão imperial do Uruguai. Isso, semanas antes do aprisionamento do vapor Marquês de Olinda, em 12 de novembro de 1864. Certo de vitória rápida, o Império provocou a guerra com o oponente nanico, aliado ao Uruguai vencido e à Argentina mitrista. A invasão imperial do Uruguai foi também cilada contra o governo paraguaio.⁹¹

A debandada das forças imperiais no sul do Mato Grosso se choca hoje com o movimento civil e militar de apresentação daqueles sucessos como resistência heróica e fundamentos constitutivos da narrativa fundacional do novo Mato Grosso do Sul. Procura-se também apoiar o turismo regional da guerra. O igual fiasco da oficialidade na defesa da Província de São Pedro, ao contrário, é questão de pouco peso na historiografia regional, que enfatiza, sobretudo, a Revolução Farroupilha [1835-45]. A invasão ter envolvido sobretudo a pequena vila de Uruguiaia contribuiu também para esse pouco destaque da historiografia regional.⁹²

A Volta ao Paraguai

A guerra ofensiva foi reação à invasão pelo Império da República do Uruguai, definida pelo governo paraguaio como *causus belli*. Ela foi iniciada com a invasão dos territórios em litígio do sul mato-grossense, da província de Corrientes e da fronteira oeste do Rio Grande. O “plano de guerra paraguaio” jamais teria pretendido enviar tropas ao Uruguai. À exceção da invasão no sul do Mato Grosso, a campanha expedicionária foi fracasso geral, com pontos nodais na derrota de Riachuelo, em 11 de junho; na batalha-massacre de Yatay, de 17 de agosto, em Paso de los Libres; na rendição, em Uruguiaiana, em 17 de setembro de 1865, sem resistência.⁹³

Era escassa a adesão de grande parte dos soldados à expedição ao exterior, que não compreenderiam e com a qual não comungariam. O fracasso registrou também a improvisação da campanha e o despreparo do Estado, da economia e da sociedade paraguaia para operação militar no exterior. No Rio Grande, sem conhecer oposição, as tropas de Estigarribia e Pedro Duarte avançaram

ao longo das duas margens do rio Uruguai deixando rastro de soldados mortos e enfermos de doenças causadas sobretudo pelo frio e mal nutrição, devido à inadequação do equipamento e dificuldade de abastecimento.⁹⁴

Em 24 de maio de 1865, a retomada aliancista da cidade de Corrientes, devida à rara intervenção ativa da marinha imperial no conflito, assinalou a rusticidade do plano de guerra paraguaio, que afastava as tropas do território nacional, despreocupado para com o controle do alto curso do rio Paraná. Em 11 de junho, a aventura em Riachuelo, tentativa tardia de conquistar o domínio daquele trecho do rio, motivou o desmantelamento da improvisada armada paraguaia. A esquadra imperial vitoriosa recusou-se a impor seu domínio sobre o trecho superior do Paraná, escoraçada pela artilharia paraguaia postada nas margens do rio. Ela já se negara a bloquear Tres Bocas, impedindo a invasão da província de Corrientes.

A campanha expedicionária foi lutada pelas limitadas tropas profissionais paraguaias, acrescidas de recrutas interioranos. Os *chacareros* desinteressavam-se nas questões do Prata, como visto. O encerramento da “campanha ofensiva”, com a retirada das tropas paraguaias, levou o alto mando aliancista a prever uma pronta vitória. O Paraguai possuía escassa população; pouca experiência militar; material bélico superado e escassa produção manufatureira. Desde o início da guerra ocorrera o bloqueio imperial do rio da Prata. A estrada para a Bolívia minorou escassamente a asfixia externa do país. É outro mito historiográfico que o Paraguai se preparara com grande antecedência para guerra no Plata, como proposto.⁹⁵

Os historiadores dividem-se quanto ao plano da guerra expedicionária, que jamais comportou ofensiva para apoiar os estertores da resistência oriental. Solano López teria iniciado a guerra pela ocupação do sul do Mato Grosso para impedir sobretudo que se abrisse ali um segundo front e obter posição vantajada nas negociações de paz. Ele acreditaria em guerra de alguns meses, na qual desbarataria as tropas argentinas em Corrientes/Entre Ríos e obteria vitória cabal sobre o Império nas proximidades de Porto Alegre. Um plano algo fantasioso mas que dá coerência aos movimentos paraguaios e registra o desconhecimento do caráter de guerra *total* do conflito.⁹⁶

A Guerra Defensiva - a Destruição do Estado-nação paraguaio

Em fins de 1865, retornava ao Paraguai o pouco que sobrara das tropas profissionais paraguaias, dizimadas pelos combates, pela rendição em Uruguaiana, pelas doenças que atingiram as tropas fora e dentro do país. A expedição ao exterior fora no geral apoiada pelos proprietários favoráveis à exteriorização da economia paraguaia e mal recebida pelas massas rurais. Dizimadas as

tropas de linha na campanha expedicionária, a "campanha defensiva" foi travada sobretudo pelas milícias *chacareras* do interior.

As milícias dos *partidos* [municípios] eram formadas pela população camponesa, que defendeu no conflito a autonomia nacional e o que conquistara sobretudo no período franquista [1813-1840] e que não fora questionado na Era Lopista [1842-1870]. O Paraguai, Estado-nação, era o único que praticava a conscrição universal, o que esgotou a população masculina, devido aos limites demográficos do país. A partir de 1867, a imprensa de guerra paraguaia, prestigiando o guarani paraguaio, registrou a metamorfose social das tropas.⁹⁷ As classes camponesas eram monolíngues [guarani paraguaio] e as classes proprietárias bilingues [espanhol e guarani].

A modificação do caráter social da contenda, quando da “campanha defensiva”, permite superação de visões ideológicas sobre muitos fatos, entre eles, a repressão iniciada no campo de San Fernando, em junho de 1868. Permite entender aqueles sucessos como resposta à mobilização, das classes abonadas e dos comerciantes estrangeiros do país, em favor da rendição. Essa defecção deixou a resistência nas mãos de camponeses e plebeus, que tinham muito a perder -e perderam- com a vitória aliancista. As classes populares teriam visto com simpatia a triste sorte de membros das classes dominantes, em geral de raízes espanholas e conhecendo o espanhol.⁹⁸

A campanha defensiva deu-se no contexto da modificação da disposição de luta da população paraguaia, assumindo o caráter de guerra camponesa. Solano López se transformou no símbolo da defesa nacional por interpretar a vontade de luta das classes plebéias e jamais ter desertado a luta. A destemeridade do soldado paraguaio devido ao terror a López constitui uma das maiores sandices da historiografia nacional-patriótica aliancista. “[...] quase não havia deserções nas fileiras paraguaias, devido ao clima de terror imposto por Solano López [...]”.⁹⁹

López como caudilho dos camponeses paraguaios

O caráter popular e plebeu da guerra defensiva consolidou a liderança de Solano López. Durante a segunda fase da guerra, por sua decisão de resistência incondicional, ele se transformou no caudilho da população plebeia e na besta-fera das classes proprietárias paraguaias. Porém, López jamais se transformou em general das classes plebéias, ao igual que Artigas, Pancho Villa, Emiliano Zapata. O *mariscal* jamais lutou conscientemente em defesa das necessidades e reivindicações plebéias.

No final da guerra, o *mariscal* tentou legalizar a posse de imensos latifúndios por Elisa Lynch e, através dela, seus filhos, sem jamais ter titulado as pequenas posses dos combatentes em terras

públicas. No geral, o *mariscal*, com visões de mundo autoritárias e elitistas, e seus soldados, em defesa das conquistas plebéias, lutaram a mesma guerra por motivos diversos. López e seus oficiais, por um lado, e os combatentes descalços, por outro, compreenderiam a independência nacional diversamente. Após a guerra, nenhum oficial lopista se transformou em liderança plebéia e o general Caballero privatizou as terras públicas.

As classes populares resistiram à invasão que buscava destruir o Estado-nação paraguaio. Tratou-se de defesa nacional e social lutada em duas frentes, contra um inimigo externo e outro interno. Contra as tropas aliancistas e contra a traição das classes ricas paraguaias. Após a ultrapassagem de Humaitá, o núcleo central da classe dominante paraguaia tentou pactuar a rendição com o Império. Desde meados de 1867, a guerra plebéia em defesa da nação e da ordem social assumiu também o sentido de luta civil e de classes, jamais explícita. O comando paraguaio passou a reconhecer o *guarani*, única língua das tropas, e publicou periódicos como o *Cabichuí* e o *Cacique Lambaré*, este último totalmente em guarani paraguaio.¹⁰⁰

De certo modo, os grandes proprietários paraguaios repetiam, em 1867-70, em forma igualmente atabalhoada, a Grande Conspiração, pró-portenha e anti-nacional, de 1820, na Era Francista. Constituíram uma espécie de quinta-coluna que se fundiu apenas em fins de 1868 com o *legionarismo* anti-nacional. Em dezembro de 1868, os justicamentos no acampamento de San Fernando demarcaram o início da tentativa de impor pelo terror a coesão sobre os segmentos dominantes em dissidência.¹⁰¹ Essa fratura social interna ajuda a compreender a atual fratura na historiografia paraguaia.

Exércitos Pré-Nacionais

No segundo volume, além de acompanhamento sumário das operações militares, enfatizou-se o caráter pré-nacional dos exércitos imperial, argentino e uruguaio. A negativa geral da marinha imperial de participar no conflito foi outra questão em destaque. Assim como a decisão de Caxias de estabelecer negociações para pôr fim a guerra e a decisão do Estado imperial e do Imperador de não permitir rendição honrosa ao *mariscal*, com provável decisão de não aprisioná-lo com vida. O que explica a quase inexplicável retirada final do *mariscal* em uma fuga sem destino.

A guerra prosseguiu até a morte de López, em 1º de março de 1870, por razões de Estado e de dom Pedro, entre elas o prestígio buscado pela monarquia com vitória total sobre a república paraguaia e uma *revanche* negreira, após a vitória abolicionista republicana na guerra de Secessão, em 1865. Quando da morte de Lincoln, o Estado imperial não declarou luto no país. Pedro II apoiou

a vinda de fazendeiros confederados para São Paulo, para seguirem vivendo como negreiros. Em 19 de junho de 1867, Maximiliano de Habsburgo-Lorena, *imperador* do México, primo-irmão de Pedro II, fora fuzilado, após ser derrotado por de *índios* mexicanos. O Império apoiara isolado nas Américas a aventura monarquista.¹⁰²

Parece claro que a morte de Solano López deveu-se à ordem do Imperador de negar rendição honrosa ao *mariscal*. Se não escapasse para a Bolívia, *ele* deveria ser executado ou morto em combate. Antes do ataque a Cerro Corá, oficial superior imperial ofereceu às tropas soma em dinheiro pela morte do *mariscal*, prêmio que coube ao cabo Chico Diabo.¹⁰³ A negativa de Caxias de *caçar* Solano López, após a aniquilação do exército paraguaio, pode ser devida à dissensão de militar aristocrático com o decisão imperial de eliminar o comandante supremo das tropas inimigas derrotadas.¹⁰⁴

Com Solano López vivo seria difícil a *redução* do Paraguai à nação tributária, com um líder da tal dimensão vivendo próximo ou longe do Paraguai. Após a guerra, não surgiu entre a oficialidade lopista liderança nacionalista e, no geral, ela representou os interesses do Império e da República do Brasil no Paraguai, através do Partido Colorado. Seria extremamente problemático para o Império condenar e executar Solano López, como, segundo parece, o governo argentino desejava.¹⁰⁵

Por uma História dos Povos

Permaneceram inúmeras questões e problemas que exigem estudos monográficos e melhor elucidação, em alguns casos já em desenvolvimento. Entre eles, destacam-se: uma integração supra-nacional das narrativas historiográficas nacionais; a falta de oposição política e a resistência surda plebeia ao conflito no Império; a tomada de decisão do Estado paraguaio de ir à guerra; o plano paraguaio ofensivo; a resistência da alta oficialidade da marinha imperial em combater; as condições de vida e as visões da população sobre o conflito no Brasil e no Paraguai; as sequelas nascidas da mobilização precoce paraguaia.

A presente investigação teve com principal objetivo contribuir à construção coletiva de uma historiografia que supere as fixações ideológicas nacionais e produza leitura essencial dos fenômenos relativos ao grande conflito. Que construa narrativas que abordem e interpretem o conflito como processo unitário, sobre as singularidades nacionais. Impõe-se uma leitura fatual e explicativa desde a ótica das classes populares e do mundo do trabalho das quatro nações, que, naquele então e hoje, sempre tiveram interesses concorrentes e jamais contraditórios. Leitura que, para além dos grandes *vultos* históricos, desvele a ação protagonista e os interesses, não raro inconscientes, das classes populares.

No passado, esse caminho foi trilhado pela invencível cavalaria *gaucha* de Entre Ríos. Desobedecendo as ordens, em 1865, ela desbandou em Basualdo e Toledo, negando-se a combater os que tinha por irmãos. Igual caminho seguido, por vias diversas, pelos soldados aliancistas que desertaram e jamais lutaram com disposição uma guerra que não viam como sua. Na produção dessa leitura unitária, *popular* e transnacional, devemos compreender os desígnios profundos dos respectivos Estados de então, representações das suas classes dominantes, em oposição às classes subalternizadas. E não podemos olvidar o caráter diverso dos atos dos Estados que agridem e os dos Estados agredidos.

*Agradecemos a leitura da linguista italiana Florence Carboni.

** Mário Maestri, 71, doutor em História pela UCL, Bélgica. maestri1789@gmail.com

Submetido em: 01/08/2020

Aprovado em: 22/09/2020

Publicado: 01/10/2020